



Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, SEGUNDA, 02 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1975

(SEGUNDA – FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoatto, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Enéas Faria, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos e Wilson Fortes. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE –

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO –

procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO –

procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 272/73, por (15) sessões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, ouvida a Casa, seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja conservada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada intermunicipal ligando Céu Azul à Santa Helena, passando pelo Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a V. Exa., após ouvido o plenário que se faça apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública no sentido de dotar a 12ª Sub-divisão Policial de Londrina de condições de combater o crime, cujo índice se eleva a cada dia que passa.

A população londrinense não mais consegue suportar o clima de insegurança e intranquilidade que reina naquele município nos últimos tempos, desde a substituição do Delegado JOSÉ TAVARES, aguardando portanto, as providências dessa Secretaria.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1975.

a) DEL CIEL

O SR. PRESIDENTE.

Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Dácio Leonel, primeiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LENDO).

“Um dos mais palpitantes temas da atualidade, terá como palco de debates a cidade de Curitiba. O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO, sua atual estrutura, a urgente necessidade de modificações, de novas idéias para uma situação que atualmente poderemos considerar utópica:

a recuperação do detento.

A Secretaria de Estado da Justiça do Paraná, na pessoa de seu Secretário, deputado federal Tulio Vargas, acaba de firmar convênio com o Centro Acadêmico “Hugo Simas”, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, para a realização da PRIMEIRA SEMANA DE ESTUDOS DE DIREITO PENITENCIÁRIO. Terá esse simpósio, como objetivo primordial a conscientização estudantil para essa discutida problemática, participando do debate, inteirando-se da gravidade da questão e fazendo uso de sua imparcialidade tanto política como ideológica, para que em futuro próximo possamos erigir em bases sólidas o sistema penitenciário brasileiro.

A presença de brilhantes conferencistas, na verdade, as mais altas autoridades no assunto como Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça e Catedrático de Direito da Universidade de São Paulo; professor Cotrim Neto, da Universidade do Rio de Janeiro de Presidente a Comissão de Reforma Penitenciária, professor Chemim Guimarães, professor de Direito Penal e Diretor Penal e Diretor da Penitenciária Central do Estado do Paraná; professora Armida Bergamini Miotto, da Universidade de Goiás e Assessora para Assuntos Penitenciários do Ministério da Justiça; Doutor Benjamin Moraes Filho, da Universidade do Rio de Janeiro do anteprojeto do Código de Execuções Criminais e o professor José Julio Guimarães Lima, Procurador da Justiça do Distrito Federal e Territórios e o presidente do Conselho Penitenciário Federal, bem mostram a preocupação da Secretaria da Justiça do Paraná em despertar no estudante o interesse para problemas tão graves como a atual situação penitenciária.

Além desse Congresso, que terá lugar de 9 a 13 de junho, a

Secretaria de Justiça do Paraná fará realizar outros encontros semelhantes nas cidades de Londrina e Maringá, com o mesmo objetivo de provocar um diálogo aberto, franco e honesto com aqueles que ora iniciam no espinhoso campo do direito penal.

Congratulamo-nos com a iniciativa do Secretário da Justiça nosso colega Tulio Vargas, pois é certo que esses jovens acadêmicos, muito em breve estarão à testa de "complexos penitenciários" vivendo de perto a problemática, fazendo viver o ensinamento que tiveram, aliado ao seu idealismo e boa vontade."

Além deste registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me permito informar que tenho regressado ontem de um dos municípios que represento junto a esta Casa Legislativa, mais propriamente o Município de Castro, queremos, desta tribuna, registrar o nosso agradecimento à solicitação que fizemos deste mesma tribuna, encaminhada ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes quando pleiteávamos uma velha reivindicação dos moradores daquele município, qualquer seja o revestimento primário da estrada que liga a sede do município de Castro até o município de Socavão.

Em tão curto espaço de tempo, para satisfação nossa, podemos dizer que estivemos naquele local, visitamos inclusive, a estrada e pudemos acompanhar o trabalho que ali desenvolve o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná numa demonstração que está procurando, por todas as formas, dar soluções aos problemas mais graves de nossas todovias.

Dai porque fazemos, desta tribuna, este registro de agradecimento ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem na pessoa do Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná. Era o que tínhamos a registrar, Sr. Presidente.

Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente dentro da responsabilidade de Deputado do Paraná, estamos na tribuna, não para refutar mas para discordar do pronunciamento feito talvez num momento de euforia, de afoitismo ou não sei de que, do nosso querido companheiro Deputado da bancada do MDB, Deputado Otássio Pereira.

No dia 30 de maio, S. Exa. o Deputado Otássio Pereira falou em referência aos comandos políticos, onde chama o nosso povo do interior de povo leigo, onde chama os Deputados da nossa agremiação, a ARENA, de politiqueiros, dando um mau exemplo perante aqueles que nos encontram e nos perguntam: quando serão encontrados os caminhos da grandeza política?

Assim pronunciava aquele nosso colega, assim procurando desmoralizar a nossa bancada, assim procurando desmoralizar os nossos companheiros de bancada da agremiação arenista, que não fazem outra coisa a não ser lutar com esta valorosa bancada do MDB, procurando a acertiva para o Paraná e para a sua gente. Queremos dizer ao Paraná e ao Brasil e ao Deputado Otássio Pereira, que não concordamos, que não admitimos e não podemos calar quando da tribuna desta Casa os nossos colegas são chamados de politiqueiros, quando os comandos políticos, as lideranças políticas chamadas comandos políticos que não é uma novidade para o Paraná, que não é uma novidade para esta Casa, os Deputados que detêm estas lideranças em seus municípios são chamados de politiqueiros. Porque se assim fora, não teríamos aqui, Deputados com 3 ou 4 legislaturas, trabalhando pelo Paraná e pela sua gente. Podemos divergir da valorosa bancada do MDB, podemos divergir em pensamento e em idéias, mas o que não podemos é deixar ser atacada uma bancada toda, chamados os Deputados de politiqueiros, porque detêm os comandos políticos, e os Deputados que detêm estas lideranças não procuram fazer outra coisa senão trabalhar pelo Paraná e pela sua gente.

Pediria vênha ao Deputado Otássio Pereira neste momento, por não estar de acordo com o pronunciamento proferido por S. Exa., e pediria também que este mesmo Sr. Deputado viesse

a esta tribuna pedir desculpas aos seus colegas da bancada da ARENA, que não sejam taxados como politiqueiros, por que como ele, e toda a bancada do MDB, nós queremos trabalhar pelo Paraná, para que o Paraná, unido num só pensamento, esquecendo as contendas políticas, para que o Paraná tenha o seu destino glorioso, que é a segunda colocação no conserto da Nação.

E é isso, Sr. Presidente. Srs. Deputados, que muitas vezes, somos obrigados a fazer, divergindo do pensamento de um colega nosso a quem respeitamos, e pedindo humildemente, para que este companheiro nosso, venha pedir desculpas aos nossos companheiros da ARENA, que nós somos digo não somos politiqueiros. Nós somos também humildes como o são os membros da bancada do MDB, nós queremos o bem estar de nossa terra e de nossa gente, como quer também os Deputados do MDB, como quer toda este plêiade de homens valorosos da bancada do MDB. Como quer também todos os companheiros nossos, da ARENA. Pediria humildemente ao nobre deputado Otássio Pereira que, desta tribuna se desculpasse...

O SR. PRESIDENTE - A mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado e concede mais alguns instantes para o término da sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL - Obrigado.

... para que o Paraná sentisse que nesta Casa se legisla de fato, que nesta Casa a única vindita política que existe é o bem estar do Paraná e de sua gente. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, terceiro orador inscrito.

O SR. DEL CIEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltei na manhã de hoje da Londrina intranquila, da terra abandonada aos desmandos, aos crimes e aos abusos. Venho como representante daquela terra a esta tribuna para lembrar que é chegado o momento de governo paranaense, mostrar que tem olhos de ver e que enxerga, tem ouvidos de ouvir e que escuta, tem poderes para executar.

Jornais de nossa terra, diariamente estampam manchetes como estas. "Agora, carcereiro atira em advogado". "Violência domina cidade e até a Polícia participa". "Motorista de taxi assassinado". "Torturado inocente, confessa a morte da japonesa". "Sargento Oscar tenta matar advogado e descobre outra vítima - de tortura".

Este é o clima do progressista município de Londrina. A "Folha de Londrina", que analisa matérias na sua edição, sábado passado diz inclusive, da interferência negativa do partido governista daquele município da ARENA que é responsabilizada na primeira página da "Folha de Londrina" pela substituição do Delegado José Tavares, que pelo seu trabalho assegurava àquela comunidade, a tranquilidade e a segurança necessária, para que o povo e toda a população possa produzir, possa trabalhar, possa viver com dignidade junto aos seus familiares.

Venho a esta tribuna para dar encaminhamento a um requerimento que solicita o envio de ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná que parece ter olhos de ver e não enxergar, visto que não só os jornais de Londrina, mas de todo o Estado do Paraná vêm publicando e dando conhecimento ao Estado e à Nação, dos dias inseguros e intranquios que vive o município de Londrina.

Vamos dar encaminhamento a este requerimento esperando que o Sr. Secretário de Segurança Pública e o Governo do Estado do Paraná tenham ouvidos para ouvir e escutar as palavras dos representantes do povo que assomam a este tribuna.

Venho apelar para aqueles que têm condições de executar para que, não por favor, mas por dever e obrigação, devolvam à população de Londrina a tranquilidade que o Sr. Secretário de Segurança Pública, por sua decisão e por entendimento político tirou de nossos municípios.

O prezado companheiro que me antecedeu falou também no comando político que tem que ser exterminado no Estado do Paraná. Vimos marcada perfeitamente a educação paranaense pela interferência arbitrária dos comandos políticos em muitos municípios do Estado do Paraná.

Hoje vemos a metrópole mundial do café abalada, anarquizada, entregue ao marginalismo, em razão de atendimento ao condenável comando político e por irresponsabilidade do então Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, que houve por bem dar a Londrina, o que ela vem recebendo nos dias atuais, de insegurança e intranquilidade diante da impotência e incapacidade que têm os homens da 12ª Sub-Divisão Policial, de dar a Londrina os dias tranquilos e serenos que merece toda sua população.

O requerimento solicita condições materiais e humanas que se possa assegurar, através da 12ª Sub-Divisão Policial a tranquilidade aos trabalhadores e à população de Londrina.

Assim sendo damos encaminhamento a este nosso requerimento e, aproveitando o tempo que nos resta, queremos aplaudir o pronunciamento do companheiro Otássio Pereira realizado em sessão a que não estávamos presentes, no qual, com o brilhantismo que lhe é peculiar, mostrou o perigo que traz para a administração pública, e para o Estado, a interferência do comando político no setor educacional.

Juntamente com o Deputado Álvaro Dias e com este companheiro que falou a respeito dos comandos políticos, percorremos as cidades do Paraná onde com surpresas encontramos, nas paredes dos estabelecimentos de Ensino, não mais um quadro com a fotografia do Presidente da República ou do Governador do Estado, mas, isto sim, o quadro tão somente com a foto do deputado que mantém o comando político do município.

Sabíamos já por quão negros caminhos desfila a educação paranaense.

Haveremos, Sr. Presidente, de, no decorrer desta semana, dar encaminhamento ao requerimento que haverá de constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito para a Educação no Estado do Paraná, que além de procurar encontrar melhores caminhos para a Educação, exterminar, combater com contundência, o comando político do Estado.

Passaremos, a partir para a coleta de assinaturas, após a conclusão do trabalho que conta com a participação de nossos companheiros emedebistas, para dar encaminhamento à mesa desta Casa.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, encaminhamos a V. Exa. o requerimento dirigido à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de restabelecer a paz, a segurança e a tranquilidade a toda a coletividade londrinense.

Era só, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência tem a honra de registrar as presenças, neste plenário, dos Srs. Deputados Federais, Sebastião Rodrigues Junior e Álvaro Dias, e do Sr. Prefeito Municipal de Santo Inácio, Sr. Brasília Ribeiro.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, quarto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 28 do mês findo, em todo o território nacional, encerravam-se as inscrições dos eleitores dos partidos políticos existentes, Arena e MDB.

Em Ponta Grossa, onde existe, e os Srs. são testemunhas, existe do mesmo Partido, na Arena, duas correntes, desta ou daquela simpatia.

E naquela corrida desenfreada entre a Arena 1 e Arena 2, observamos que a Arena 2 é composta por homens de bem, de decência, aqueles homens que têm educação política.

E tive conhecimento de que em nossa região, as Sras. professoras e Srs. funcionários, estão sendo pressionados para

assinar sua filiação partidária, não a filiação na Arena, mas, em uma facção da Arena.

Procuramos, imediatamente, o nosso ilustre colega, Deputado David Fdermann, e vimos que não parte de S. Exa. nenhuma ingerência no sentido de filiação partidária; ele deixa ao livre arbítrio de cada um, a escolha de sua agremiação partidária.

Portanto, essa pressão parte daquela Arena deteriorada, daquela facção da Arena 1. E isso não acontece somente em Ponta Grossa, mas em todo o Paraná.

E quando da realização da reunião da Arena, vimos que as nossas denúncias eram referendadas pelos ilustres companheiros arenistas de Ponta Grossa, nossos adversários políticos, mas amigos da cidade e do povo.

Vimos que a decência que caracteriza aqueles homens da Arena 2, que têm por meta única, se manter no poder do município. E quem perde com isso, é a nossa Ponta Grossa, é a região dos Campos Gerais.

Queríamos, neste instante, fazer um apelo a V. Exas, Srs. Deputados, que compõem a bancada da Arena, que dêem ao seu companheiro David Federmann, as rédeas do Partido em Ponta Grossa, porque um elemento decente da Arena com gente qualificada, com a expressão política que tem o Deputado David Federmann, é fácil fazer uma composição em termos de administração pública, para o bem do Estado e da região. Mas, com elementos desclassificados, fazem com que seu Partido, a cada dia que passa, seja diminuído frente à opinião pública, esteja cada vez mais distanciado da vitória.

Nobres Deputados, da Arena, dêem ao Deputado David Fdermann aquilo que falta a seu partido, aquilo que nós do MDB continuamos a ter, que é a dignidade política, e acima de tudo, a coerência política. Façam com que Ponta Grossa ganhe, porque a região dos Campos Gerais, amanhã em termos de obrigação, só deverá ao nosso Partido, o MDB. Tivemos a felicidade de ter centenas de companheiros filiados ao MDB, como também nas regiões circunvizinhas, como em Castro, Imbituva, Ivaí, Cândido de Abreu, Reserva e muitos outros municípios, que fizeram com que uma decência seja implantada no Paraná.

Não somos adversários da Arena, não somos adversários de pessoas decentes, somos, isso sim, adversários da indecência que predomina em certas áreas da Arena, na minha região de Ponta Grossa. Dêem ao representante da Arena, a condição que possuímos, Srs. Deputados arenistas.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ausente do plenário no início desta sessão, não tive oportunidade de ouvir o pronunciamento feito pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel, mas sei que fez referências a um pronunciamento aqui feito na última semana, pelo eminente Deputado Otássio Pereira, que teve o endosso do Sr. Deputado Del Ciel.

Quer me parecer, Sr. Deputado, que a nossa Casa de Leis está cada vez mais necessitando que os homens mais equilibrados deste plenário, reiterem aos eminentes pares a necessidade que temos de deixarmos o caminho que inexoravelmente nos levará à discórdia e que possivelmente fará interromper o diálogo de sempre, que queríamos manter a nível de liderança e bancada, se não se ativessem ao exame mais sereno dos problemas que afligem a coletividade paranaense.

Detive-me, analisando o pronunciamento do eminente Deputado Otássio Pereira, em algumas acusações que fez S. Exa. aos homens que integram a bancada da Arena e confesso que vi no pronunciamento do nobre Deputado afirmações, que podem ser consideradas injuriosas, dirigidas aos homens que, nesta Casa, preconiza, a defesa das atitudes governamentais.

Disse S. Exa. "que no interior, muitas vezes, o deputado estadual deixa de ser o legislador, o político e passa a ser, pelas

suas atitudes discriminatórias, o politiqueiro, um mau exemplo, que os jovens olham com desconfiança"

Referindo-se aos comandos políticos disse que "representam uma figurada época em que vivemos"

Afirmou S. Exa. que "escolares do interior são obrigados a desfilar diante do retrato do deputado com comando político que coloca sua fotografia, como o dono feudal, o coronel político com direito de vida e morte sobre a família dos funcionários públicos"

Mas adiante S. Exa. fala na prostituição política dizendo que "a juventude brasileira que mora no Paraná, que tem o sangue efervescente dos patriotas não conseguem aceitar as ingratidões, as transferências, as injunções políticas que chegam aos municípios"

Referindo-se aos homens da Arena disse que "os Srs. Deputados já ganharam o seu Papai Noel, cujo brinde estaria representado no famigerado comando político"

Referindo-se ainda a nós disse "que nós degradamos, que nós pisoteamos, que nós procuramos mostrar, em vez de procurar mostrar a grandeza, só conseguimos exprimir pequenezas"

S. Exa. o Sr. Deputado Otássio Pereira se se interessar em mostrar uma imagem distorcida do deputado arenista junto a opinião pública e com isto desejar incompatibilizar nossa bancada com o povo paranaense, é possível que S. Exa. consiga, realmente, colocar no espírito de cada um algumas dúvidas porquanto é possível também, que a opinião pública dê credibilidade às suas afirmações.

Mas, é necessário que S. Exa. reconheça o trabalho da bancada da Aliança Renovadora Nacional desenvolvido junto as suas bases eleitorais nos mais distantes municípios deste Paraná e não deve S. Exa. desconhecer o fato de que aos Deputados da Aliança Renovadora Nacional, tanto quanto os Srs. Deputados do MDB, quem sabe mais que aos Deputados do MDB, compete zelar pela tranquilidade do seu povo e acima de tudo compete a nós assessorarmos o Sr. Governador do Estado ou ao seu Governo, participando o que em determinados municípios, nos diferentes setes da administração, está errado.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica ao nobre Deputado, que o tempo está esgotado.

O SR. IVO THOMAZONI - Obrigado, vou concluir, Sr. Presidente.

Quanto a pretender afirmar que a nossa bancada está a serviço da intranquilidade, falta o Sr. Deputado Otássio Pereira, com o bom senso, com o respeito e até com a ética parlamentar porque não vejo, em nenhum Deputado da Arena, aquilo que foi dito por S. Exa.; a nenhum Deputado da Arena é conferido o comando como se pretende dizer, como um verdadeiro feudo.

O que pretendia solicitar a S. Exa. o sr. Deputado Otássio Pereira, com o respeito que S. Exa. sempre mereceu, é que, pronunciamentos que envolvem debates desta tribuna, desta data em diante, por favor, possam ser feitos desta tribuna, no Grande Expediente, para possibilitar um debate amplo, para que não exista um monólogo, para que não fiquemos mais em função das determinações regimentais com meros expectadores, e, quantas vezes, pretendendo esclarecer à Casa, inverdades aqui pronunciadas, não podemos fazê-lo, porque o Regimento não permite. Quem sabe se o comando político tão violentamente atacado nesta Casa - que para mim não existe porque nunca existiu, jamais existirá - possa ser objeto de discussão mais ampla aqui, para que se tragam argumentações da Oposição e também da Arena, do Governo, para que não se agrida mais a bancada do MDB. Façamos portanto um pacto, um acordo de cavalheiros dentro desta Casa, para que matéria polêmica venha para esta Casa, dentro do Grande Expediente, para que nós enseje o diálogo, o debate, para que a opinião pública fique esclarecida no que existe de verdadeiro sobre o que se convencionou chamar de famigerados comandos políticos neste Estado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, sexto orador inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A razão de minha presença na tribuna é para encaminhar um requerimento ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cuja leitura farei agora, no seu original. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve fundamentado no Regimento Interno da Casa, vem respeitosamente a V. presença para requerer após o assentimento do plenário, seja comunicado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes e ao Exmo. Sr. Diretor do DNER, a apreensão dos deputados estaduais, face aos rumores de que estão paralizadas, por esgotamento de recursos, as rodovias BR-153 - Sto. Antonio - Ibaiti, BR-277 - Irati - Relógio, BR-272 - Francisco Alves - Guaira.

A confirmação de tais notícias seria de resultado desastroso para o Estado do Paraná, além de se constituir em ato de clamorosa injustiça pelas seguintes razões:

1 - O Paraná concorre com cerca de oito por cento para a formação da renda nacional, sem que perceba do Governo Federal, em contrapartida, obras ou recursos que confirmem uma relativa reciprocidade de tratamento.

2 - O Paraná apresenta o seguinte quadro que reflete tragicamente a "performance" da atuação dos organismos federais no que pertine a construção rodoviária em nosso Estado:

a) 1972	22,2 km pavimentados
b) 1973	0 (ZERO) km
c) 1974	21 km
d) 1975	(INCÓGNITO)

Pavimentou assim o Governo Federal em praticamente 4 anos a ínfima e inexpressiva extensão de 43,2 km.

3 - O Paraná talvez seja o Estado da Federação, que terá sua área territorial mais reduzida em virtude da construção de hidroelétricas em execução ou programadas.

Somente a construção da usina de Itaipu irá inundar perto de 800 km² do território paranaense.

A utilização de todo potencial hidroelétrico disponível no Estado, deverá redundar na inundação de cerca de 10 mil km².

4 - O notável esforço que o Paraná vem desenvolvendo no sentido de incrementar sua produtividade agrícola e ainda conferir-lhe um suporte infra-estrutural, será seriamente comprometido, senão absolutamente anulado, se efetivamente cessarem as execuções das rodovias federais enunciadas acima.

5 - A orientação da política rodoviária do Governo Federal tem posto o Paraná em visível inferioridade a outros Estados membros, o que desfigura inteiramente o chamado **federalismo cooperativo**, que modela presentemente as relações União - Estados, no Brasil.

6 - A paralisação dos segmentos rodoviários a cargo do Governo Federal, poderá implicar num colapso no setor de transportes de nosso Estado, desorganizado inteiramente sua base econômica, com repercussões graves em toda estrutura econômica nacional.

É evidente que o bloqueio do fluxo comercial, pela ausência de vias próprias e adequadas de escoamento, não só contraria oficialmente a estratégia selecionada de incentivo à exportação, como torna inócua o esforço da iniciativa privada no setor primário.

Assim, espera o Paraná, através de seus representantes, que se verdadeira a paralisação, seja tal decisão, não só por imperati-

vo de ordem econômica mas também se tratar de inquestionável direito paranaense.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES".

Este é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que eu pretendo encaminhar à Mesa, que, tenho certeza terá o devido acatamento dos meus nobres pares, por se tratar de matéria de alta relevância para os interesses superiores do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Ausente).

ENÉAS FARIA — (Ausente)

ACCIOLY NETTO — (Ausente)

MAURICIO FRUET — (Declina)

ALFREDO GULIN — (Declina)

BASÍLIO ZANUSSO — (Declina)

FABIANO BRAGA CORTES — (Declina)

OTÁSSIO PEREIRA — (Declina)

DENI SCHWARTZ — (Declina)

ANTONIO FACCI — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preferi para meu pronunciamento desta tarde, a forma verbal, mais sujeita, é claro, às leis de exceção em que vivemos mas, por outro lado, facultando ao Deputado, facultando aos companheiros de Assembléia Legislativa, sejam do MDB ou da ARENA um princípio sobretudo democrático, o princípio do contraditório solicitado pela eloquência, pela distinção, pelo comportamento exemplar do líder da ARENA desta Casa, Deputado Ivo Thomazoni.

Aqui estamos, Sr. Presidente, para focalizar uma "instituição inexistente", e se inexistir desapareça a regra universal de Direito, exatamente aquela que afirma que os fatos públicos e notórios independem de provas.

Sr. Presidente, pretendemos focalizar não apenas os detalhes político-partidários de interesse de deputados apenas. Mas, abrindo a Constituição, ela nos mostra aspectos jurídicos do verdadeiro, do autêntico e do existente, não obstante as palavras do ilustre, do elegante líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni. Ele existe, Srs. Deputados existe para compreender a dignidade política do Estado do Paraná, existe, sim, o comando político, denunciado, como uma forma que não poderia estar com ele coerente nem solidário, pelo nobre deputado representante de Londrina, Otássio Pereira e denunciado desta tribuna nesta tarde pelo nobre deputado, nosso companheiro Del Ciel.

Existem, sim, os comandos políticos.

Existem para comprometer a dignidade da Revolução...

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Muito bem.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — ... Revolução que existiu para que?

Para moralizar a coisa pública. E o Governador que transfere poderes, que outorga poderes que não podem ser outorgados. Que faz o Governador? Subverte a ordem jurídica do próprio Estado, corrompe a coisa pública negociando através de seus representantes, do seu comando político, antigamente o "coronel político" do interior paranaense, atos que S. Exa. apenas assina, mas quem dita é o próprio Deputado que conquistou o comando político e ganhou o "Papai Noel" no dizer do nobre Deputado Otássio Pereira.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero ler a nossa Constituição para mostrar os erros que vem o Governador cometendo, e a quem formulamos os votos de feliz administração.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, só queria fazer uma ressalva. Devo dizer a V. Exa. que o comando político, em Londrina, não pertence a este ou aquele deputado. A liderança pública, ou o comando político de Londrina pertence a S. Exa. o Sr. Governador. E isso que desejo esclarecer a V. Exa., para que V. Exa. não cometa nenhuma injustiça, acusando, este ou aquele colega, deputado da Arena. A liderança política da cidade de Londrina pertence exclusivamente ao Sr. Governador do Estado, Chefe do Executivo do Paraná.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Agradeço ao nobre Deputado ter reconhecido a existência do comando político.

Mas, Srs. Deputados, diz a Constituição, em seu artigo 42:

"O Poder Executivo é exercido pelo Governador, auxiliado pelos Secretários de Estado".

E o artigo 47, tratando das atribuições do Governador, diz: "Compete privativamente ao Governador":

I — a iniciativa do processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição, exercendo, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual".

E esse artigo tem 22 itens e um parágrafo que diz:

"O Governador poderá outorgar ou delegar as atribuições mencionadas nos itens V e XVII deste artigo, bem como as que não forem da sua exclusiva competência, aos Secretários de Estado ou outras autoridades".

Poderá, então, o Governador do Estado, outorgar, ou delegar atribuições mencionadas no artigo 47, itens 5 e 17. E o item 5, refere-se ao provimento de cargos, que é de competência exclusiva de S. Exa. o Sr. Governador do Estado. E se é de competência exclusiva, como transferi-la para os comandantes políticos, será que podemos assim dizer, já que os comandos políticos existem, não obstante as afirmativas do ilustre Deputado Gabriel Manoel.

Fato público e notório independente de prova. Quem está governando o Paraná, nos municípios, não é S. Exa. o Governador. Não. É o Deputado que conquistou o comando político. Então, a época é de retrocesso é retrocesso ao coronelismo, aos coroneis do passado, no dizer de Costa Porto, ilustre pernambucano que trocou o perfil de Pinheiro Machado, que teve seu livro prefaciado por essa glória do Estado do Paraná, Munhoz da Rocha. Hoje, o deputado que conquista o comando político do município, seu interesse político para conquistar posições e futuras eleições, está submetendo o Governador ao risco da prática do crime de responsabilidade. É lamentável. E por que? Por que se a manifestação da vontade é requisito para a existência do ato jurídico, do ato administrativo, de quem é a manifestação da vontade dos atos nos comandos políticos dos municípios do interior?

Então, Srs. Deputados, está viciado o ato jurídico.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, inicialmente desejo cumprimentar V. Exa. pela disposição de dialogar, a nível de bancada, no Grande Expediente, sobre o polêmico assunto "comandos políticos". Desejava, inicialmente, situar-me no entendimento do nobre Deputado e dizer que no pronunciamento feito pelo Deputado Otássio Pereira, na última sexta-feira, S. Exa. assacou contra a bancada da ARENA uma série de acusações, nas quais situou os deputados governistas como se fossem o "lobo mau" da floresta, e os Deputados do MDB, ou a população paranaense, como se fora a indefesa Chapeuzinho Vermelho, nas garras do lobo mau, representado por nós Deputados da ARENA.

Mas, depois de fazer afirmações, consideradas pelos homens de nossa bancada, como até injuriosas, que fogem às regras da boa política, disse no final do pronunciamento o Deputado

Otássio Pereira que era "em nome dessa dignidade que antes de acusar desta tribuna as arbitrariedades que temos registrado no interior, que desejamos apelar aos Senhores Deputados e ao Sr. Governador, para que deixem o interior do Paraná trabalhar em paz, com tranquilidade, porque se insistirem na tirania política encontrarão na bancada do MDB, sentinelas vigilantes para denunciar à Nação Brasileira os autores da tragédia política do nosso querido Paraná.

Nobre Deputado, conheço V. Exa. e sei que V. Exa. tem sido sempre objetivo ao analisar desta tribuna problemas que possam necessitar de análise para coibir abusos e V. Exa., outro dia, desta tribuna, procedeu assim exigindo do Sr. Governador do Estado medidas acauteladoras, principalmente, no setor policial.

Quer me parecer, então, que ao Deputado Otássio Pereira, faltou um pouco de ética para com a bancada da Arena. Se constatado o fato digno de denuncia poderia S. Exa. desta tribuna tê-lo denunciado, apontado o autor para que nós da Arena Ficassemos salvo de um julgamento pela opinião pública, por todos nós fomos envolvidos.

Por esta razão é que na bancada da Arena, eminente Deputado, houveram vozes que se levantaram contra a maneira de denunciar fatos, sem especificar o fato. Desejava, também, situar-me no problema de comandos políticos. Volto a dizer que, para mim, não existem comandos políticos, que o Governador não delegou a ninguém, a nenhum Deputado que nomeie delegado, que nomeie Diretora, que transfira que faça ou que aconteça.

O Governador, considerando que a Arena em todos os Municípios, e não há exceção, o nosso Diretório é formado por tendências agressivas de partidos políticos, inexistentes é verdade, que existiram de ideologias até diferentes. Temos na Arena homens do PTB, do PSD, do UDN, do PDC, do PR, do PSP sabe Deus quantas siglas que existiram e que hoje estão na Arena. A Arena, por diferentes tendências, tem abrigada dentro de seu partido maneiras, até quem sabe, diferentes de encarar o que é administração.

O que o Governador pretendeu ao deferir, o que ele houve por bem chamar de lideranças políticas, foi saber em determinado município que é o porta-voz do Governo, da população e ao repassar ao Sr. Governador do Estado as solicitações, as mais sentidas, daquela coletividade interiorana. Não quer significar que a sugestão de um Deputado Estadual seja atendida se clara, realmente, não significar a vontade da população e do próprio Governador. O Governador do Estado quer saber em quem confiar. Quando alguém, e V. Exa. têm trazido denúncias sobre o comportamento errado de uma autoridade policial, por exemplo não é raro eminente Deputado que em determinados Municípios uma tendência da Arena considere o Delegado de Polícia o melhor Delegado de Polícia do mundo, e a outra tendência entenda que o Delegado de Polícia não esteja agindo de forma a não corresponder com a confiança do Governo do Estado. É neste instante que o Governador do Estado quer saber quem fala em nome das lideranças locais, em nome do Prefeito, em nome da população, em nome da Associação Comercial, em nome dos clubes de serviço; quem, com acesso, ao Palácio Iguazu, deve ser ouvido sobre determinados problemas do âmbito municipal e que envolvem a administração estadual.

Comando político não passa disto, porque nunca um deputado da Arena pode indicar para o cargo de direção de um Grupo Escolar uma professora que não seja digna, que não tenha nível de escolaridade exigida e preconizada nas resoluções da Secretaria de Educação e Cultura, uma diretora que não represente a vontade do professorado, dos alunos da Associação de Pais e Professores, porque se assim não fosse, seria a desgraça eleitoral do próprio deputado arenista que traz ao Governador do Estado uma solicitação que não é dele, é da população. Não quer significar que o Governador esteja contraindo dispositivos da nossa Carta Estadual, ele tão somente quer saber a quem ouvir, por-

que se não tiver a quem ouvir, o Governador tem que abrir as portas do Palácio para então ouvir o professorado, os diretores, alunos, pais e alunos, associações comerciais, associações de pais e mestres, enfim, todo mundo, e o Governador não vai administrar. O que ele quer nesta liderança política é saber quem se responsabiliza, para que em determinado município o Governador exerça a sua autoridade de forma a que esta autoridade atinja os mais legítimos interesses de uma população. Nada além disso.

É este o conceito que eu tenho, de comando político, não é a força nem a autoridade que o deputado delas está investido porque o Deputado não está investido coisa nenhuma, porque eu lembro, foi depois da ascensão de Ney Braga neste Estado, que não se transferiu mais uma professora, por predileção política, hoje ela solicita a sua transferência, quando assim o deseja, de próprio punho e tem que se sujeitar a um concurso de remoção, hoje um funcionário não é transferido porque é do MDB ou da ARENA. Se tivéssemos que transferir funcionários porque votaram no MDB, teríamos que transferir o Paraná inteiro porque noventa por cento votou no MDB, no entanto estão aqui todos, sendo respeitados por nós, reverenciados até.

Agora, uma verdade seja dita: quando o Governo do Estado tem um cargo de confiança exercido em comissão no interior, por qualquer funcionário, não é justo que o Governo da ARENA, que tem na ARENA a sua sustentação política, admita que aquele deputado, de confiança, de um cargo político, faça campanha para o MDB, quando não se exige que faça para a ARENA mas, que não o faça ao partido da oposição. Se eu fosse Governador e tivesse cargos de confiança a serem preenchidos, eu haveria de ali colocar companheiros meus em quem eu pudesse confiar inteiramente.

Era o que eu queria dizer a V. Exa., e V. Exa. me ouviu de uma maneira tão gentil, que eu fico lhe devendo para sempre, esta consideração.

Muito obrigado.

O SR. WALDENICIO BARBALHO - Agradeço o aparte do Deputado Ivo Thomazoni, que vem realmente comprovar a habilidade, a inteligência, a simpatia, a delicadeza com que vem agindo o líder do Governo, o que é uma demonstração excepcional de como deve agir um deputado nesta Casa.

Equiparada à posição de V. Exa., apenas a do nobre Deputado Muggiati Filho, líder do meu partido, hoje, ausente desta Casa.

O aparte de V. Exa. foi tão longo que eu não poderei responder totalmente, mas poderei dizer para ser justo, cometendo talvez injustiça para alguns, que discordo em muito do que disse V. Exa, como discordo em parte no que disse o nobre Deputado Otássio Pereira, mas estou de acordo com a essência do seu pronunciamento, porque os comandos políticos como reconhece V. Exa. dando a ele um novo título "liderança política", como todo o Estado do Paraná, sabe da existência dos comandos políticos, como os homens do interior, os de Paranavai, os de Guarapuava, onde o MDB teve o seu primeiro encontro e formalizou um combate firme e sereno aos comandos políticos, existentes na Alínea B - da Carta de Guarapuava, que diz:

"Abolição imediata dos famigerados comandos políticos, instrumentos corrompidos da própria autoridade".

Os comandos políticos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são negociados às junções políticas do comando, os cargos de confiança não são negociados. Daí o vício, porque falta o requisito essencial, falta-lhe a manifestação da vontade do próprio Governador, porque quando ele o faz, quando ele nomeia, quando ele decreta, quando ele baixa portaria, ele o faz sempre a pedido de alguém, alguém ex-coronel do passado, alguém comandante político, alguém líder, escolhido pelo próprio Governador para mandar num determinado município.

Há poucos dias ouvimos na televisão de Curitiba, sexta-feira última, Cândido Martins de Oliveira, dando notícias de uma

disputa, e de uma decisão entre os deputados Crisóstomo da Silva e Ivan Rüppel. Quem ganharia nesta luta? o nobre deputado Ivan Rüppel.

Sim Senhores, é o próprio Governador, aceitando tudo isto, que está carregando a ARENA para uma nova derrota.

Deus queira, nobres Deputados, que o MDB seja o grande favorito. O que temos para oferecer ao povo, ao povo que representamos nesta augusta Assembléia, é a luta, apenas a luta em defesa de nossas teses, em defesa do direito. A luta elevada, digna, coerente, distinta, sem ataques pessoais, aceitando como dignas as lideranças realmente autênticas da ARENA e do MDB.

O SR. OSWALDO MACEDO – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Waldenício Barbalho, esta Casa hoje está de parabéns pelo pronunciamento sereno, seguro e sábio que V. Exa. está fazendo. Quero apenas dar uma contribuição à posição que V. Exa. assume nesta tarde. Todos são unânimes em condenar os comandos políticos que agora querem atualizar com o título de "liderança partidária". O Deputado Ivo Thomazoni, em nome do Governo, como líder do Governo, procurou justificar dizendo que era a audiência das forças políticas dos municípios muito embora em alguns destes municípios a força política da ARENA tenha sido a grande derrota. Portanto, não pode falar em nome daquele município, nem o deputado que por ventura tenha sido o mais votado do partido derrotado.

O que é lamentável é que o Deputado Ivo Thomazoni, ao repisar a história do Paraná, ao lembrar que era uma prática de todos os Governos sob todos os partidos, veja nisto uma justificativa para mantê-la. Não podemos imitar o passado, não podemos voltar a 64, não podemos pretender que se mantenham hoje as mesmas atitudes perniciosas dos Governos anteriores a 64.

Cito o caso de Assaí quando foi imposto um Diretor, contrário à Associação de Pais, contrário à Associação de Alunos, contrário ao povo, porque o deputado queria. Na hora de intervir, não telefonaram ao Secretário de Segurança Pública, nem ao Governador do Estado, mas ao deputado do município para indicar outro para aquele cargo.

Por mais de uma vez me encontrei nas portas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com promotores do interior, que haviam entrado na lista triplíce para promoção e em vez de irem à Procuradoria Geral do Estado ou ao Governo do Estado esperar a decisão, vêm atrás do deputado. O deputado às vezes nem conhece o Deputado que indica, sem saber de sua competência. Quem tem coragem desta tribuna, de justificar esta atitude, quando sabemos que fatos mais graves não são trazidos ao conhecimento do Governo? Os jornais de Londrina trazem entrevista do Governador do Estado que dizia só agora ter tomado conhecimento dos atos que sua polícia está praticando naquela cidade. E o Deputado da ARENA daquela cidade, o comando político daquela cidade, os homens da ARENA não trouxeram ao conhecimento do Governador que disse não saber, assim como não sabia o Secretário de Segurança Pública.

O que é mais grave é que estes homens, é que este Governo está a dois meses a buscar uma fórmula para os comandos políticos e ainda não disse ao Paraná por que veio. Porque este Governo que aí está há mais de dois meses, e até agora não disse para que veio, nem a que veio, porque, até agora, não mandou nenhuma mensagem a esta Casa, a não ser aquela indicando o Prefeito Municipal de Curitiba.

S. Exa., nada fez e nada tem feito, pelo Paraná, a não ser viagens ao interior, notícias em jornais, e substituições de professores e de delegados. Que reconheça a Arena que envelheceu no poder, que perdeu sua audácia criadora e que seus dias estão contados.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Muito obrigado Deputado Osvaldo Macedo, pelo seu aparte.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Sinto ter perdido o início do discurso de V. Exa.. Mas, quando cheguei, V. Exa. estava se referindo a comandos políticos. E, no meu entender, nobre Deputado, isso traduz a dificuldade do orador emedebista, que, quando não tem o que falar, volta a tratar de comandos políticos. E isso, nobre Deputado, é matéria vencida.

Já externei minha opinião a esse respeito. E quando V. Exas. estiverem mandando, haverão de discutir, se o Governador se o Governador fôr do partido de V. Exas., o problema de liderança municipal.

O Governador tem seus poderes, atribuídos pela própria Constituição do Estado e os cargos inerentes à sua confiança, Secretários de Estado, diretores e tudo o mais.

E se ele entender, ou se entendeu, que devesse auscultar as lideranças municipais, é um mérito seu de administração. Cada Governador tem seus métodos, suas diretrizes administrativas. E essa diretriz administrativa, V. Exa. há de convir, não é "sui generis" da Arena, porque assim o fazem os dirigentes executivos do MDB em Londrina e em Maringá. Não sei se está presente o ilustre Deputado, representante de Londrina, que me comunicou quando essa matéria foi tratada em outra oportunidade, o comportamento reprovável do Prefeito Municipal de Londrina, criando cargos para vereadores, cargos que não eram remunerados e passaram a ser.

Mas, nobre Deputado, V. Exa. citou meu nome quando ia entrando neste plenário, V. Exa. disse que eu tinha problema na Arena. Mas, nobre Deputado, devo dizer que V. Exa. não tem nada a ver com isso, não é de sua conta. É só isso que queria dizer. Se eu tenho problemas políticos na Arena, vou procurar resolvê-los, V. Exa. não tem nada com isso.

Obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é lamentável, como é profundamente lamentável, que um cidadão que detém um mandato popular, não ter ouvido parte do meu discurso, não ter ouvido os elogios feitos à liderança da Arena, e também ao líder máximo do meu partido, do MDB.

Não pretendo dar lições a ninguém. Se fiz referências às atitudes parlamentares do Líder da Arena, destacando o seu Partido, sou obrigado a também fazer referências às indelicadezas proferidas pelo Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. permite um aparte?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO . . .

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. fale mais alto, porque eu não ouvi.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – V. Exa. que tem comando político, me fez o favor de providenciar, porque, certamente, é defeito de microfone.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – O microfone está funcionando bem, o defeito vocal é seu.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – É lamentável, nunca vi, talvez a inconformação da derrota, talvez seja, sim, a inconformação da derrota nesse jogo político que se chama comando político, embora tenha dito a liderança da ARENA que ele não existe.

O nobre Deputado Ivan Rüppel ganhou o comando político de uma região. E isso foi noticiado por quem? Por um ex-Secretário que merece todo nosso respeito e consideração, o Sr. Cândido Martins de Oliveira. Não sou responsável pelas disputas ou pela incompreensão existente entre os homens da ARENA, a exemplo do passado, isso sim, um voto de cabresto para o povo brasileiro. Jamais, Srs. Deputados, teremos coragem – e quero dizer isso a esse Deputado indelicado – e que conste isso dos Anais, como político, jamais aceitarei, se por ventura um dia

lições de experiência e ao adentrar ao recinto, sem qualquer informação, investe contra o orador parecendo até um Deputado inexperiente, marinheiro de primeira viagem. Por outro lado, agradeço a V. Exa. o conceito e afirmativa de que, realmente, os comandos políticos existem apenas nós, como novos Deputados não entendemos o que seja um comando político e eu como parlamentar inexperiente tenho que consultar a Mesa para meu pronunciamento porque, quero facultar, dentro daquele princípio democrático, tantos apartes quantos forem necessários.

O SR. PRESIDENTE - Faltam dez minutos.

O SR. LÚCIO MACHADO - Estou seguindo palavra por palavra o seu pronunciamento principalmente porque aborda assunto dos mais palpitantes e mais perigosos. Queria dizer, nesta oportunidade, que ousou a troca do nome de comando político, da forma que vem estabelecendo o Governador do Estado, para caciquismo político, porque na minha região aconteceu ainda esta semana, de, o prefeito municipal de um determinado município, e o chefe político fazerem uma carta a um dos Srs. Deputados do partido do Governo com assento nesta Casa, pedindo e exigindo o imediato afastamento de um funcionário público, com 18 anos de função pública ao Estado do Paraná.

Veja bem o Sr. Deputado: a carta pelo Prefeito assinada revista pelo chefe local, e vista e revista pelo deputado do partido do Governo com assento nesta Casa, e, diz a carta - da qual estou de posse, na minha pasta e vou apresentá-la - pede a carta que se transfira imediatamente este funcionário, porque ele se passou para o MDB, ele se alistou às fileiras do MDB.

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, refutar uma afirmação do eminente Deputado Osvaldo Macedo. É verdade que a oposição sempre vê no Governo, os defeitos e jamais as qualidades. Deputado, foi na ARENA depois da Revolução, mais precisamente há alguns meses, depois de muita luta, depois de muita colaboração dos Deputados da ARENA, que o Governo do Estado definiu algumas decisões governamentais acerca de preenchimentos de muitos cargos. Quero me referir por aís acerca de preenchimentos de muitos cargos. Quero me referir por exemplo a um, especificamente - Houve época em que no Paraná se negociavam cartórios, se davam cartórios a Deputados, se davam também terras devolutas a Deputados; por que não dizer que esta prática foi banida da administração, pela ARENA; por que não se reconhecer que hoje o primeiro colocado em concurso para qualquer serventia, para qualquer cartório de qualquer município, de qualquer comarca, é o nomeado, aquele que fizer no concurso o primeiro lugar. Não se cogita nem mais a lista triplíce, porque já no Governo do Emílio Gomes e neste, de Jayme Canet Júnior, foram inúmeras as nomeações recaindo em quem de justiça conseguiu o primeiro lugar no concurso; por que não dizer que nós Deputados da ARENA não podemos deixar de receber um eminente promotor de Justiça, que vem ao deputado da ARENA tão somente solicitar que o deputado informe, ao Sr. Governador, das suas qualidades pessoais, do seu trabalho, da sua folha de serviço, exercidos em determinada comarca. Onde está mal, deputado da ARENA pretender servir a quem o procura, e dizer ao Governador que, conhece aquele promotor.

E cito a V. Exa. um episódio, ocorrido recentemente, neste governo de Jayme Canet. Uma lista triplíce de promoção para promotor de justiça nesta Capital, foram três escolhas. Uma, recaindo sobre a figura de eminentes promotor, hoje diretor de uma das diretorias da Casa Civil. Outra, que recaiu sobre o nome do eminente promotor e diretor da Secretaria da Fazenda. E o terceiro nome recaiu sobre uma senhora, promotora da Justiça do interior. Eu sei, que o Chefe da Casa Civil, pediu ao Governador um favor daquele promotor que está ainda servindo na Casa Civil. Sei também que o Secretário das Finanças pediu um favor do Diretor Geral, e o Sr. Governador do Estado promoveu a

promotora do interior, que não teve padrinho nenhum. Que não teve solicitação, nem secretários de Estado e nem deputado da ARENA. Porque ela procurava como a mais antiga na lista de promoção. Porque não se reconhece no Governo da Arena, atitudes de despreendimento desta natureza e que bem testa que ele não está sujeito a qualquer politiquice de qualquer casinho político. Porque não dizer que as professoras não estão mais sujeitas às transferências políticas. E quem moralizou, foi o evento do Governo. Ney Braga mantido depois por todos os nossos governos porque não se reconhecer no governo do Estado, este episódio de liderança política, tão somente com a vontade e o cuidado de bem melhor informar-se quando da substituição de alguém que exercendo cargo de confiança no município mereça a substituição ou mereça a sua permanência.

É este o ponto a que eu me fixo, nobre Deputado.

Sei que V. Exa. diverge desta conceituação que eu faço de liderança, eu até cumprimento V. Exa. por isso. Por pretender V. Exa. e o partido de V. Exa. terminar com esta audiência que um Governador faz a um deputado, a um companheiro com que ele conversa sempre, mas também não seria formal, nobre Deputado, para preencher um cargo de confiança o Governador deixasse de ouvir um deputado da ARENA, o prefeito da ARENA, os vereadores da ARENA. Quem sabe para ouvir os homens da oposição, aqueles não como V. Exa., mas aqueles que existem na oposição e que desejam a ruína de um governo, para capacitarem-se da opinião pública.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO - Pois eu proclamo neste momento todos os atos positivos da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. me deixe concluir.

Estou satisfeito por V. Exa. ter reconhecido, esta não era a situação de V. Exa. mas se alguns homens do MDB, com por certo, homens que não são bem abrigados no MDB, por mal querência, desejam que o Governo fracasse.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO - Creia V. Exa., que desejo neste momento proclamar todos os atos positivos da ARENA.

Mas creia também, que estarei na tribuna, para reprovar todos os atos que a mim pessoalmente, e ao MDB, através da sua liderança, reconheça como designios de interesses pessoais. Tem o aparte o Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL - Nobre Deputado, neste momento, me veio a lenbrança, quando o líder arenista, conta a história do-Chapeuzinho Vermelho, percorrendo o mundo animal, uma sessão do Tribunal do Juri, quando o promotor jovem, enfrentando o advogado brilhante e antigo, lembrava que "o coelho novo era mais rápido que o burro velho".

Voltando ao conto do Chapeuzinho Vermelho, lembro-me que o MDB talvez aí represente o lenhador que descobriu o lobo fantasiado que haveria de destruir a jovem que buscava sua avó. E situo a moral da estória da seguinte forma: mais vale o lobo lobo, do que o lobo vestido de cordeiro.

Lembro-me que em 72, em Renascença, talvez município da região do líder da bancada arenista da Casa, somente num mês três diretores passaram por um só estabelecimento de Ensino. Um que o Deputado havia indicado. Mas, por descontentamento dos munícipes, dos estudantes e das autoridades, nasceu o segundo por indicação do Executivo municipal. Como isto não agradou à corrente do Sr. Deputado, foi indicado o terceiro, de comum acordo entre prefeito e deputado estadual.

Há muito tempo existe o comando político no Paraná.

Mas as vozes emedebistas haverão de se erguer, contra todo o todo o desrespeito à Constituição do Estado do Paraná.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO - Quero...

O SR. PRESIDENTE - A Presidência informa que já se passaram cinco minutos do tempo regulamentar e concede mais cinco para concluir seu pensamento.

O SR. NILSO SGUAREZI - V. Exa. permite um aparte?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO - Tenho a impressão de que um deputado da ARENA já havia solicitado aparte. Concederei depois a V. Exa.

O SR. DÁCIO LEONEL - Tenho acompanhado, Sr. Deputado o pensamento de V. Exa. e também as ponderações que têm sido feitas pelas duas bancadas nesta Casa e devo dizer que consegui chegar a algumas conclusões do que se passa a respeito das lideranças políticas em si, do prestigiamento na área política aos companheiros de partido e o que se pensa também a respeito das substituições de alguns valores que são utilizados nas mais diversas áreas da administração.

E digo isto, Srs. Deputados, porque me lembro, como se fosse hoje, que homens de valor e de tradição, no município de Londrina, foram substituídos quando, naquele município ganhou o MDB, a eleição para prefeito.

E foram colocados, nessa oportunidade, sub-prefeitos nos distritos de Londrina, e lá estão até hoje, homens vinculados ao MDB, que ali estão respondendo nas sub-prefeituras, nas condições de representantes do pensamento de suas comunidades. E sempre entendi isso como válido, tanto é que nunca critiquei, nem mesmo no tempo em que era vereador.

E ainda num dos últimos pronunciamentos, a que o Deputado Quielse Crisóstomo se referiu, fiz alusões a fatos ocorridos em Londrina, onde o Sr. Prefeito Municipal, do MDB, convocou os vereadores do seu partido, para que, renunciando a seus mandatos, passassem a ocupar funções na Prefeitura de Londrina.

Assim é que três vereadores de Londrina, durante o período em que o MDB detém o Poder Executivo, renunciaram a seus mandatos para assumirem cargos na administração municipal. E eu nunca disse que isso era errado, nunca critiquei. Porque entendo que esta é uma forma de prestigiamento político às suas lideranças políticas.

Dai porque não entendo que apenas para a Arena é errada a adoção desse critério, a adoção dos princípios que norteiam a forma das lideranças políticas, dentro do Estado do Paraná, prestigiarem seus representantes. Porque, as lideranças políticas, dentro do Estado, são representativas da opinião dos líderes políticos dos municípios, e não têm aquele cunho que se pretendeu dar de verdadeiros comandos políticos, onde o Deputado decide e o Governo simplesmente acata.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO - Obrigado a V. Exa.

Mas, respondendo ao aparte do nobre Deputado, devo dizer que as nossas decisões revolucionárias devem todas elas, esquecer os erros do passado.

O SR. NILSO SGUAREZI - V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para debater sobre duas afirmações do eminente Líder do Governo.

A primeira, quando afirmou que o MDB só sabe colocar defeitos no Governo. Mas, esta Casa toda é testemunha das verdadeiras investidas partidas dos Deputados do MDB, em defesa do nobre Deputado Secretário da Educação, Borsari Neto, quando foi agredido por um deputado da Arena.

Não posso admitir que deputados da Arena digam que o MDB só ataca o Governo, só aponta defeitos do Governo.

A segunda, quero que fique bem claro, que os homens da Arena que impediram a convocação do Sr. Secretário da Educação.

E a Arena, como partido majoritário e do Governo, com 29 deputados, que haja com serenidade, porque não podemos admitir ser taxados de estarmos impedindo o progresso do Estado. Nós temos procurado nos reunirmos com o Governo, com o intuito de fazer, deste Estado, uma unidade gigante da Federação.

Portanto, não posso, de maneira alguma, permitir essas investidas contra nossa bancada.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO - Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa esclarece ao nobre Deputado que falta apenas 1 minuto e que já foi muito liberal estendendo o prazo. Portanto, pediria a V. Exa. que não concedesse mais apartes para poder concluir.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO -

Para concluir, aí está, tudo foi dito a respeito dos comandos políticos, que existem, porque se não existissem, que razão teria aquela regra de direito que afirma que fato público e notório independe de prova? Aí está nossa solicitação, que creio seja também do MDB, a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, mostrando que, para caracterização do ato jurídico perfeito, é essencial a manifestação da vontade. Tenho certeza que se S. Exa. agir assim, terá em todos os atos que venham ao encontro de nossa gente do Estado do Paraná, pleno e absoluto apoio do MDB.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para solicitar minha inscrição, em explicação pessoal, para dar uma explicação ao eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE - Perfeito, V. Exa. está inscrito.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, com avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei N. 186/74, de autoria do Dep. Borsari Neto, que denomina "Estação Engenheiro Rozaldo Gomes de Mello Leitão", a Estação Ferroviária localizada no km 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei N. 272/73, de autoria do Sr. Dep. Antonio Lopes Junior, que veda desconto de qualquer natureza no vencimento, remuneração e proventos, dos Servidores Públicos Estaduais, Cíveis e Militares, sem expressa autorização. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA - Sobre o mesmo Projeto de Lei, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando a retirada do referido por 15 sessões. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei N. 06/75, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de Utilidade Pública o Centro Social São João Batista, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul.

Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 06/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em -03- de março de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N 06/75

P A R E C E R

Assinado pelo ilustre deputado Quielse Crisóstomo da Silva, o Projeto de Lei ora em exame pretende declarar de utilidade pública o CENTRO SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul

A proposição atende as exigências da Lei reguladora da matéria, não existe óbice legal ou constitucional. Por isso o parecer e pela APROVAÇÃO

Sala das Reuniões em 28 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO Presidente
NILSO SGUAREZI Relator

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei N 13/75, de autoria do Dep. Luiz Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública o Instituto Educacional e de Assistência Social "Luz e Amor", com sede na cidade de Maringá.

Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N 13/75

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Educacional e de Assistência Social "Luz e Amor" com sede na cidade de Maringá

Art 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 06 de março de 1975

a) LUIZ GABRIEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N 013/75

autor: Deputado Luiz Gabriel Sampaio

As exigências contidas na legislação federal foram devidamente preenchidas.

A entidade se enquadra no campo assistencial, seus diretores não são remunerados, seus estatutos estão devidamente registrados e seu funcionamento é normal e efetivo.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO - Presidente
DÁCIO LEONEL - Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja conservada pelo DER, a estrada intermunicipal ligando Céu Azul a Santa Helena, passando pelo município de Matelândia APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de dotar a 12ª Sub-

Divisão Policial de Londrina, de condições materiais e humanas uma vez que a mesma vem funcionando sem condições de combater o crime, cujo índice se eleva a cada dia que passa. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, lido da tribuna, solicitando seja comunicado ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Diretor do DNER, a apreensão dos deputados estaduais, face aos rumores de que serão paralisadas, por esgotamento de recursos, as rodovias BR-153 - Sto. Antonio - Ibaiti, BR, 277 - Irati - Relógio, BR, 272 - Francisco Alves - Guaira. - APROVADO.

Concedo a palavra para falar em explicação pessoal ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, SRs. Deputados.

Apenas para que se consigne na Ata dos trabalhos de hoje um reparo que pretendo fazer com respeito às declarações formuladas pelo Deputado Del Ciel ao apartear S. Exa. o Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

Fez o Deputado Del Ciel referência à substituição de 3 diretores de determinado estabelecimento de ensino do município de Renascença, pretendendo responsabilizar o Deputado Ivo Thomazoni por essa sequência de Diretores em tão curto espaço de tempo no Ginásio Estadual de Renascença.

Inicialmente devo dizer ao Deputado Del Ciel que jamais este Deputado fez qualquer indicação de diretor para estabelecimento de ensino que não tivesse a solicitação repassada através da Inspeção Regional de Ensino. Naturalmente, fiz indicações de diretores que me foram solicitadas pelo prefeito municipal, pelo diretório do meu partido e pela Câmara Municipal de Vereadores. Este é o meu comportamento, tem sido sempre e será sempre este o meu comportamento.

No caso de Renascença, não me lembro, não posso precisar os fatos, mas não acredito que tenham sido três diretores em trinta dias como S. Exa. afirmou. Se S. Exa. fez essa afirmação errou porque em Renascença lembro-me bem, o prefeito municipal, não há conflito naquele município de lideranças políticas, indicaram-me um determinado nome para a direção do Ginásio, se não me engano Ivo Zanini, filho do prefeito municipal que não é meu companheiro e sim apoia o Deputado Luiz Alberto Oliveira. Com o endosso das lideranças repassei a indicação e foi aquele professor designado para responder pela direção do Ginásio. Ficou o tempo que quis ficar. Foi ele do próprio punho que solicitou o afastamento daquela direção porque se confessava não ter condições ideais para continuar no exercício da mesma.

Em consequência disso as mesmas lideranças indicaram um substituto na figura do próprio Vigário da localidade. Repassei o seu nome e foi o Vigário nomeado para substituir o professor Ivo Zanini. Posteriormente, ele próprio Vigário em visita que fez ao meu gabinete confessou que não tinha condições para dirigir aquele estabelecimento de ensino, porquanto os alunos não o aceitavam porque ele desejava, ali naquele estabelecimento, impor a disciplina que estava ausente do estabelecimento e pediu que fosse substituído. Com o endosso das lideranças outro nome foi indicado, não me lembro quem, foi repassado e nomeado.

Este é o meu procedimento, se houve erro, se houve qualquer pretensão de pisar em alguém eu me penitencio. Não houve jamais haverá da minha parte qualquer pretensão de impor a minha vontade em qualquer município.

O meu município sede é Pato Branco, é o município que eu tenho domicílio eleitoral, município do qual tive a honra de ser prefeito municipal, município cuja soma de votos tem sido expressiva, sucessivamente; no meu município portanto, tem numa das inspeções de ensino, uma professora que é minha advertência política, confessa e professa, mas que é excelente inspetora e que está lá há 4, ou 5 anos, e vai continuar, quantos anos desejar, desde que continue trabalhando com a mesma devoção. Posso citar o nome e dizer de quem ela é adepta eleitoral.

Ha no Colegio Estadual de Pato Branco, colegio este de quase 3.000 alunos e eu invoco o testamento do eminente deputado da minha cidade o Deputado Nilso Sguarezi, cujo diretor não é meu companheiro politico, que foi indicado pela congregação de professores que numa lista triplice mandada a mim eu tomei conhecimento da votação este diretor então recebera 30 votos, o 2º colocado 18 votos e o 3º colocado 8 votos, eu e indiquei, eu repassei o nome de quem recebera maior numero de votos da congregação que, foi o Professor Bastos. Não é meu companheiro não o foi e talvez jamais o será

Apenas com isto queria situar-me com referência ao que dissera o eminente Deputado Osvaldo Macedo quando estive ao lado do Deputado Del Ciel, referindo-se ao preenchimento de Dois Vizinhos. A insinuação me pareceu maldosa e faço questão que seja registrado na Ata dos nossos trabalhos, de que, os cartorios em Dois Vizinhos ou foram preenchidos por remoção requerida por serventuários da Justiça, já antigos, ou através de concurso. E quer me parecer graças a Deus, pelos primeiros colocados, eis que nem haveria a possibilidade de se falar em favor ninguém.

Quero reafirmar o que estou dizendo para que - por favor ao menos sobre minha pessoa não paire qualquer dúvida quanto à correção, a lisura do meu comportamento de parlamentar. Se defendo hoje, como defendi em aparte o direito do Deputado do meu partido, falar quando determinado cargo em determinado município deve ser preenchido, e se afirmo aqui que o Governador do Estado so admite o diálogo desde que o indicado pelo deputado preencha todas as condições exigidas por ele Governador ou pelos Secretarios de Estado, que são aqueles que através de resolução legislam sobre qual o grau de escolaridade o grau de conhecimentos da função que o cidadão vai exercer, se defendi esta tese e porque não encontro outra que dê ao Governador do Estado, tranquilidade no município, porque se não houvesse esta regra, este critério esta norma fixada e por nos Deputados da ARENA respeitada, o Governador do Estado a quem haveria o Governador de ouvir? Se em todos os municípios existem litígios não so da ARENA mas também do MDB, mas dentro da ARENA onde 2 ou 3 deputados acham-se com o direito de falar por determinada parcela daquela população, então, o Governador estaria diante de inumeros nomes, indicados por diferentes deputados, por diretores, por professores, por outras lideranças enfim. É este critério

O SR. NILSO SGUAREZI - V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Devo inicialmente agradecer a gentileza de V. Exa..

Eu entendo, com referência ao problema infocado, quanto ao preenchimento de cartórios, entendo que isto é assunto que V. Exa. nem necessita assumir nesta tribuna, ainda que qualquer insinuação ou coisa semelhante fosse feita, tendo em vista o ato complementar nº 7, que estabelece definitivamente que, para preenchimento de cartorios, a nomeação só poderá recair sobre o primeiro colocado

Apenas, o primeiro colocado é que pode dirigir o Cartório. E nós sabemos que o concurso para preenchimento de vagas, é feito através de uma banca examinadora, que é composta pelo juiz da comarca, pelo promotor publico e por um advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Mas eu gostaria de citar, além deste aspecto, já que V. Exa., faz referência também, à manutenção da direção da Escola, de professores que não pertencem ao nosso partido. Quero também lembrar a V. Exa. que em Londrina, nós temos a direção da Escola em cargos da Secretaria, entregues e esposas, a parentes de elementos, de homens de valores ligados ao MDB. E pelo valor que representam estes professores, também não houve em nenhum momento da nossa parte, qualquer iniciativa para trocas ou substituição de professores. E nenhuma posição foi tomada até agora, nem pelo governo passado, nem pelo atual, nem tão pouco por parte da ARENA. E aquilo que V. Exa. sustenta, tem sido o nosso comporta-

mento, não apenas no nosso município mas tem sido também em Londrina, e em varios outros municípios, através de representantes da nossa bancada. Era o aparte

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO - V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento)

Deputado Ivo Thomazoni, a matéria esta praticamente esgotada. Contudo, lembrei-me de um episódio recente de indicação de um delegado de Polícia, que fez um apelo através de um prefeito do MDB, e cujo pretendido, foi assinado também em conjunto pelo presidente da ARENA.

Então se nota, Deputado Thomazoni, que no exercício da liderança, eles são caracterizados única e exclusivamente em função dos líderes municipais, do comportamento dos líderes municipais.

E não se trata de um Prefeito com que eu mantivesse diálogo politico. Mas que além de ser do MDB, é meu adversario, não meu inimigo pessoal, mas meu adversário, sem diálogo politico. E o delegado esta nomeado. E eu não tinha liderança politica nenhuma naquele município quando intercedi para que fosse através da solicitação do prefeito, atendida aquela recomendação.

Então, nobre Deputado, não posso concordar de que sejamos atacados por nossos colegas parlamentares emedebistas, porque eu nunca pude modificar, nunca consegui o que seria, inclusive, de pessima administração politica, tentar modificar as tendências das lideranças municipais. Então as reivindicações a mim feitas, vem com uma triagem feita dos líderes municipais. E se desentendimentos existem através das lideranças municipais, através das lideranças estaduais, eles apenas se refletem sobre nós mas são originarias de atritos e desentendimentos na área municipal. E se as escolhas não são melhores e porque S. Exa. o Governador do Estado muitas vezes tem apenas a condição de olhar os titulos e pela capacidade intelectual, documental é que se julga a capacidade administrativa para o exercício da função. Mas nem sempre os titulos são sinônimo de boa legislação. De modo que sempre haveria substituições, sempre ocorrerão erros, e quem escolhe não somos nós. Algumas vezes intercedemos, como intercedi no caso de um município do MDB, para que fosse nomeado um sargento para delegado de Polícia, que eu não conhecia. Como poderia ser responsável pela boa administração? Colaborei para que a vontade das lideranças municipais fosse atendida. Esta é nossa tarefa.

Se a isto querem chamar de comando politico ou liderança politica, e como queiram. Eu entendo como um sistema de administração, não como comando politico.

O SR. IVO THOMAZONI - Antes de conceder apartes, gostaria de interpelar, de consultar os Deputados Nilso Sguarezi e Deni Schwartz.

Na definição de lideranças politicas, o Governador do Estado, como é sabido, tem tido algumas dificuldades porque não pode falar através do MDB. A bancada do MDB, não tem se dado, segundo palavras de eminentes deputados emedebistas, ao trabalho de dizer os nomes mais recomendaveis para determinadas funções nos municípios do interior. Como ficamos ao municípios do interior. Como ficamos no município em que o candidato da ARENA mais votado não conseguiu se eleger deputado estadual e o Governador do Estado avocou para si a tarefa de escolher as autoridades locais? São dois exemplos, os de Vitorino e Verê. Este último município está com um problema na área de ensino. Não tem inspetor auxiliar de ensino porque o que exercia a função mudou-se para um dos municípios do Norte. Não tem diretor do Ginásio Estadual, porque o que havia renunciou.

E nós estamos sempre sujeitos à pressão da população daquele município para que os cargos sejam preenchidos. Estamos aguardando que alguém indique os nomes.

Farei a pergunta: "Quem vai indicar? O Deputado Ivo Thomazoni, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, prefeito de

municipal que é do MDB, o diretório municipal da ARENA?

Não podemos sujeitar a pessoa do Governador a se deslocar até Verê para saber quem deve ser indicado para o cargo, que quer me parecer, é de tão fácil preenchimento. Basta que se indique o nome que levarei ao Governador para ser nomeada. Ninguém quer se expor ao fato de trazer o nome e não ser acolhido, para depois não ter de dizer à base que não tem força naquele município.

Então, gostaria, como subsídio - e por favor entendam que é como subsídios, como ajuda - que V. Exa. me indicasse o caminho para quem indicar. E se alguém indicar esse caminho, e se alguém indicar, não seja chamado, pelo MDB, de "cacique político", porque nomeou, porque indicou.

Concedo aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Eminentíssimo Deputado Ivo Thomazoni, prazerosamente a V. Exa., se discute aqui um critério - que o Governo adota e do qual divergimos.

Vamos propor outro critério. Aliás, quanto ao problema do ensino, existia no Paraná, e estava consubstanciado no artigo 14, do vigente Estatuto do Magistério, uma lei, votada por esta Assembléia e também já revogada, a lista triplíce. É um critério impessoal, não é o deputado quem vai indicar, mas a Inspeção do Ensino. Porque entendo que quem entende de magistério são os professores.

No caso da Inspeção de Ensino, estou elaborando um projeto que vou apresentar, juntamente com esse, para revogar aquela lei que revogou o artigo 14.

Quanto ao problema de delegado de Polícia se me afigura mais grave, porque acredito que deveria haver uma carreira de delegado de Polícia. Porque, atualmente, o delegado é nomeado por indicação do deputado, do prefeito, por simpatizantes do Secretário de Segurança, para que a carreira de delegado seja uma carreira em que o cidadão tenha segurança de praticar as coisas da Justiça. Porque, o que não entendo é como uma administração possa ficar ao critério de uma pessoa.

O SR. IVO THOMAZONI - Então, diria a V. Exa. que o Estatuto da Polícia Civil exige, para se atingir a condição de delegado de Polícia, há necessidade do cidadão ser bacharel.

E, no Paraná, quer me parecer que temos uma carreira de delegados de Polícia para quase três centenas de municípios.

Como V. Exa. propõe uma solução imediata do problema, se quando nós indicamos um militar para delegado de Polícia em determinados municípios.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Sabe V. Exa. que o Paraná vai ser dividido geograficamente em 5 divisões. Inclusive a delegacia de Pato Branco vai para divisão.

Estou fazendo um estudo, para que, assim como as comarcas são de primeira, segunda e terceira entrância, também as delegacias sejam assim qualificadas, porque podemos conceber, digo, não podemos conceber, por exemplo, um bacharel, para o município de Vitorino. A própria comunidade não oferece condições para colocarmos uma pessoa dessa qualificação, num município daqueles. Já pedi os dados na Secretaria de Segurança, para, ele de acordo com a nova divisão que vai ser feita, essa qualificação, essa organização da carreira de delegado seja solucionada, através de concurso de militares para esses pequenos lugares.

O SR. PRESIDENTE - Gostaria de comunicar a V. Exa. que seu tempo já foi prorrogado, independente de seu pedido, por mais 15 minutos e que só restam 5 minutos para o término.

O SR. IVO THOMAZONI - Agradeço a V. Exa. Vou citar um prefeito do MDB e não da Arena, porque poderia parecer parcial V. Exa. poderá organizar neste projeto uma nova estrutura para a Secretaria de Segurança Pública, no interior. Confesso que sou homem do governo. Como homem do governo, quero em colocar a salvo de responsabilidades desta natureza. Vou citar um exemplo: município de Francisco Beltrão nesta Casa repre-

sentado tão dignamente pelo laborioso Deputado Deni Schwartz. Eu vi desastres dentro da delegacia de Polícia daquele município. Por que? Porque agentes de Polícia desta Capital, enviados para servirem naquela delegacia, cometeram toda a sorte de desmandos, de abusos de autoridade, até de chantagem, de acobertamento de quadrilhas de falsários de ladrões. Quantas vezes, eminente Deputado, a estrutura de determinado organismo, tendo que se servir de um pessoal que está ali indicado, tantas vezes que nós do interior temos que nos sujeitar a elementos mal preparados e ouvindo sempre as reclamações do prefeito, dos vereadores, da população.

Eminentíssimo Deputado, vejo em V. Exa. boa vontade, mas não imagino que isso irá solucionar o problema da segurança no interior.

Que é mais de pessoal, propriamente de qualificação de pessoal, do que de outra coisa. Quantas vezes V. Exa. da tribuna e nós no "tête-a-tête com os secretários, temos denunciado arbitrariedades, desmandos, e elas são diárias. Não é só em Londrina, Deputados Osvaldo Macedo e Del Ciel, são em Pato Branco, em Francisco Beltrão, em todos os municípios, porque fogem à fiscalização mais direta da autoridade superior, o elemento que é mandado para lá.

Existe alguma coisa que não entendo, e quero ser honesto, sincero e estou sendo: quando um deputado da ARENA pede uma substituição de delegado, por favor, não vejam no deputado da ARENA, o cacique, a autoridade, porque ele solicita a substituição por pressão da população que, insatisfeita com aquela autoridade policial, pede outra.

É a isso que estamos sujeitos. Não é a nossa vontade de colocarmos alguém para mantermos um império político ou para visar um elemento do MDB ou salvar um elemento da ARENA. Porque as queixas que recebemos são sempre da Arena.

O SR. OSVALDO MACEDO - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Não apartearia, se V. Exa., não tivesse feito referências a episódio muito particular. Mas, gostaria de ponderar que quando uso adjetivos, não os uso gratuitamente nem por cortesia parlamentar, e, por isso, vou me sentir à vontade para dizer a V. Exa. que as informações que tenho a seu respeito, atestam-no, probo, honesto, correto.

Aproveito a ocasião, Deputado Ivo Thomazoni, para solicitar a V. Exa. que não insistisse mais na sistematização e nem na metodologia do comando político. Não é matéria que as escolas ensinam, não é matéria sobre a qual existam tratadistas. Pode ser que o critério de V. Exa., no exercício de seu comando, seja um critério justo, como justo proclama V. Exa., no entanto, não pode atestar pelos demais.

Acho que o deputado deve ser deputado parlamentar de vez mesmo e não continuo, não assessor do Poder Executivo. Porque à medida que um deputado pretender emiscuir-se na função executiva ele está permitindo, também, que o Executivo se emiscue na função legislativa.

Existem as Secretarias de Saúde, de Educação, de Segurança, elas, dentro da sua estrutura, têm a condição de cuidar da administração, no setor que lhe é feito, em todos os municípios do Estado. Assim é que deve ser, porque à medida que os critérios, sobre a administração pública, sobre a coisa pública, dependerem da vontade, do gosto, da preferência exclusiva de um homem, ou porque lhe são simpáticos em determinados municípios não se estará administrando para a população, mas se estará atendendo um determinado grupo de interesses políticos em determinadas circunstâncias.

Deixemos ao Executivo a função de executar, deixemos à Secretaria de Segurança as normas que devem existir e devem prevalecer sobre a nomeação de diretores, de inspetores e de zeladores a função de executá-las; deixemos à Secretaria de Segurança a função que lhe é própria como órgão do Executivo capa-

citado e com competência para aquele setor da administração pública, e que os deputados da Arena colaborem com os deputados do MDB, porque também vem à tribuna pedir a substituição de delegado, de diretor, de inspetor. . .

O SR. IVO THOMAZONI – Quando é o deputado da Arena é cacique e quando é do MDB não é cacique.

O SR. OSVALDO MACEDO – Parece que o meu verso não deu certo ou o seu ouvido entortou.

Quando o MDB pede, pede pedindo, pede mostrando, pede como um favor, não pede às escondidas, não pede por favor.

O que proponho Sr. Deputado, é que a Arena colabore com o Paraná para valorizar o Poder Legislativo, que o deputado da Arena seja deputado, e não continuo, e não menino de recados e não apenas pedidor de nomeações. É assim que deve ser para glória do Poder Legislativo, para que possamos contribuir para aperfeiçoamento democrático do Paraná e do Brasil. Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE – Sr. Deputado, a Mesa comunica que o seu tempo já está cinco minutos além do concedido pelo Regimento Interno. Porém, concede mais dois minutos para que possa terminar.

O SR. GABRIEL MANOEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Os deputados da Arena têm sido contínuos, meninos de recado. E nós, em 1964, fomos tudo isto para defender um homem ex-prefeito; quando o Paulo Pimentel era Governador, detínhamos o comando político de Santo Antonio da Platina e nessa ocasião defendemos o agora Deputado Lúcio Machado que era prefeito e quando o exército descia em Santo Antônio para prender um moço, ou certo ou errado, para prender um prefeito municipal e nós, como Deputado, ou como diz S. Exa., como um

contínuo, como um menino de recados, defendemos um moço que hoje vem acusando a ARENA, o defendemos a fim de que não fosse para o cárcere, para que hoje este mesmo moço viesse a fazer parte de uma bancada que hoje nos acusa. Esta era a atitude do guri de recados, a atitude do comando político, isto, à época do Governo de Paulo Pimentel. Temos provas disto, de que foi um menino de recados que defendeu um prefeito, dentro de um esquema de governo que já era Arenista, a fim de que este prefeito municipal não fosse vilipendiado, este mesmo prefeito que hoje, para honra nossa, tem assento nesta Casa, na bancada do MDB. Somos um testemunho ocular dos fatos que ocorreram àquela época quando do Governo Paulo Pimentel, Governador que defendeu, dentro do esquema arenista, aquele prefeito e eu, como candidato que fui um menino de recados que serviu para defender um homem que estava sendo injustiçado dentro da minha região, para defender um homem que talvez, hoje, tenha esquecido o que aconteceu, para defender um homem que dentro da sua plenitude numa prefeitura municipal foi tolhido do seu mandato, foi tolhido de discernir o bem e o mal, para defender um homem justo e honesto como é Lúcio Machado, mas que naquele tempo precisou do “office-boy” para defendê-lo, para que fosse justificado, para que hoje possa ter nesta Casa, e, perenticiamos nós ao partido da ARENA, e era necessário naquele momento, que houvesse um “office-boy” da ARENA, que levas-

se as queixas ao ex-Governador Paulo Pimentel que, assinando um dispositivo, fez com que a justiça imperasse, fazendo que se desse a Cezar o que era de Cezar. Por razões estas é que necessário são os “office-boys” da ARENA, os gurus de recados que para o nosso povo, vão entregar os recados sadios, sem demagogia, recados que impeçam que este messianismo seja falso, recados que mostrem os caminhos, ao povo do Paraná. Recados que nós haveremos de defender palmo a palmo se for preciso, sem demagogia.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo a tribuna, sei que meu tempo está esgotado, mas, não sem antes dizer aos meus eminentes pares do MDB que, sou um homem que aceita regras quando existem critérios, quando estabelecidas. Deus queira que o MDB na sua clarividência indique normas e critérios, que sirvam para o MDB e sirvam à ARENA. QUER ME PARECER, e a nós da Arena, que até hoje nenhuma norma mais salutar do que a vigente, foi sugerida ou foi aplicada.

Sempre que possa, colaborarei como homem do Legislativo, com o Executivo. O eminente Deputado Osvaldo Macedo na sua fala, pretendeu que esta colaboração deixe de existir. E eu, vejo no exercício da Liderança, como um dever, colaborar com o Governo na escolha desses homens que têm condições de ocuparem cargos de relevância em nosso Estado. É nosso desejo, o fortalecimento dele, que é o nosso fortalecimento. E o direito que nós temos de colaborarmos com ele, Governador, ninguém nos tira.

Se não fosse isso, nobre Deputado, estaríamos aqui, todos verberando contra o governo sem que ninguém, desta tribuna, dissesse o que o governo tem feito de bom em favor do povo. V. Exa. sabe disso, e não quer reconhecer, talvez, mas é necessário até, que nós homens da ARENA como bancada, permaneçamos aqui, unidos, para que exista exatamente um equilíbrio. Esta divergência quanto ao exercício do que se convencionou chamar de comandos políticos que a mim nunca existiram. Existe sim, a faculdade do deputado falar em favor do seu povo, para o seu companheiro que usa do Poder com a autoridade de fazer o bem, esta é a nossa preocupação e nós continuaremos no exercício dela, enquanto exercermos o nosso mandato.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência tem a honra de comunicar um convite expedido pelo presidente da Comissão de agricultura, Deputado Luiz Alberto Oliveira, ao Dr. Mário Stadler de Souza, presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, que amanhã, às 10,00 horas, fará uma exposição sobre a ação das empresas multinacionais que operam no Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 3, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs:
6/75, 13/75;

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs:
41/75, 42/75.

Levanta-se a sessão.